

Nathália Bueno Fortaleza

RA: 001201810163



**O Uso De Antidepressivos e Ansiolíticos:
Uma Revisão Narrativa da Produção Brasileira**

BRAGANÇA PAULISTA
2022

Nathália Bueno Fortaleza

RA: 001201810163



**O Uso De Antidepressivos e Ansiolíticos:
Uma Revisão Narrativa da Produção Brasileira**

Trabalho de Conclusão apresentado à disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia da
Universidade São Francisco, para obtenção de média
semestral.

ORIENTADOR: JOSÉ GUILHERME VALLI
FERNANDES.

BRAGANÇA PAULISTA
2022

Resumo

Fortaleza, N. B. (2022). *O uso de Antidepressivos e Ansiolíticos: uma Revisão Narrativa da produção brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba.

Os psicotrópicos são fármacos utilizados para controle de transtornos mentais, que modulam a transmissão sináptica dos neurotransmissores, interferindo, portanto, no funcionamento do Sistema Nervoso Central. O uso indiscriminado dessas substâncias pode trazer riscos, como a dependência e alterações de comportamento, trazendo à tona não apenas um problema individual, mas de saúde pública. Nesse sentido, a prevalência das doenças mentais com o passar dos anos demonstra a intensificação do uso de tais medicamentos. A presente pesquisa tem por finalidade buscar na literatura informações sobre o aumento do uso desses fármacos, especificamente de antidepressivos e ansiolíticos, e suas consequências. É possível notar que os medicamentos são muitas vezes indicados incorretamente como tratamento, antes mesmo de uma intervenção psicoterápica. Partindo do pressuposto de que a dependência afeta a qualidade de vida do paciente, pretende-se investigar o uso indiscriminado dos antidepressivos e ansiolíticos. Para tal, será realizada uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema a fim de embasar a revisão narrativa das publicações encontradas.

Palavras-chave: psicotrópicos; psicofármacos; ansiolíticos; antidepressivos.

Sumário

Introdução.....	1
Método	9
Estratégia de Busca	9
Critérios de Elegibilidade	9
Etapas de Seleção e Extração das Informações	10
Referências	11

Introdução

O uso racional de medicamentos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), está diretamente relacionado com a necessidade do usuário, para que assim possa ser feita a prescrição adequada. Tal prescrição pressupõe alguns parâmetros que dizem sobre a sua eficácia e importância, que são: a forma farmacêutica, a dosagem, o período de tratamento, o preço, critérios de qualidade, como também orientação e responsabilidade para que se efetue a terapia farmacológica de maneira correta (Aquino, 2008). Devido à ampliação ao acesso a serviços de saúde nos últimos dez anos, foi preciso uma nova organização da política farmacêutica (Oliveira et al., 2011).

Os psicotrópicos estão entre os medicamentos mais prescritos no mundo e estudos mostram um crescimento de sua utilização (Kapp et al., 2013). Esses medicamentos, segundo a OMS, são substâncias químicas que agem no sistema nervoso central trazendo alterações de comportamento, humor e cognição. Tais fármacos agem sobre as funções psicológicas, podendo produzir efeitos antidepressivos, alucinógenos e/ou tranquilizantes. O uso é primordial para o tratamento de alguns transtornos mentais, sendo indispensável em alguns casos (Winograd & Sollero de Campos, 2010). Contudo, com a alta taxa de utilização, é preciso rever a real necessidade de prescrição (Borges et al., 2015).

Para a OMS, existe uma classificação dos psicotrópicos, entre eles: ansiolíticos e sedativos; antipsicóticos (neurolépticos); antidepressivos; estimulantes psicomotores; psicomiméticos e potencializadores da cognição (Rang et al., 2001). Os ansiolíticos atuam no controle da ansiedade, tendo efeitos sobre as emoções, humor e comportamento. Em doses altas, apresentam efeito sedativo. Entre um de seus principais representantes se

encontram os benzodiazepínicos, como Diazepam, Clonazepam e Alprazolam (Carvalho et al., 2016).

Entre os psicofármacos citados, os antidepressivos são os mais utilizados, seguido dos ansiolíticos (Rodrigues et al., 2006), para o tratamento da depressão e de transtornos associados, podendo ser classificados em tricíclicos, inibidores da monoamina oxidase, inibidores seletivos da recombinação de serotonina e antidepressivos atípicos (Ballone, 2005), bloqueando a recombinação e aumentando a ação de alguns neurotransmissores.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a depressão não se restringe a um grupo específico, podendo afetar pessoas de todas as idades e dos mais variados hábitos de vida. Quando alguém é acometido por essa condição, qualquer tarefa simples do cotidiano - seja comer, trabalhar ou dormir - se torna penosa. Trata-se de um transtorno mental frequente e pode, no pior dos casos, levar ao suicídio. Existem, na contemporaneidade, diversos medicamentos eficazes para tratá-la (OPAS, 2020).

Caracterizada por tristeza persistente, ausência de prazer em atividades normalmente prazerosas, desânimo em realizar atividades cotidianas, baixa autoestima e distúrbios de apetite ou sono, a depressão pode afetar qualquer pessoa em qualquer estágio da vida. Pode, ainda, apresentar sinais e sintomas específicos como irritabilidade, humor deprimido na maior parte do tempo, múltiplas queixas sintomáticas (insônia, anorexia e fadiga), sentimento de culpa excessiva e atraso motor ou agitação (Dias et al., 2021, p. 3).

Há muitos fatores que impossibilitam o tratamento correto da depressão, como a ausência de recursos ou o estigma social relacionado às condições mentais. É fundamental que o trabalho com o paciente seja individualizado, observado caso a caso, pois ainda que o diagnóstico seja o mesmo, cada pessoa irá responder de uma forma singular ao tratamento. É preciso também que haja uma distinção entre o episódio depressivo do paciente, podendo se tratar de um episódio leve, moderado ou grave.

Já no que diz respeito à ansiedade, existe a ansiedade normal e a ansiedade patológica. Sabe-se que se trata da patológica quando o sentimento que surge é

desproporcional e não se restringe a um estímulo em específico, mas perdura por um tempo longo. O que os pacientes relatam é uma sensação de medo, tensão e também uma certa antecipação, como se algo ruim estivesse prestes a acontecer (Castillo et al., 2000).

No Plano de Ação para a Saúde Mental realizado pela OMS entre os anos de 2013 e 2020, uma a cada dez pessoas no mundo já apresentou algum transtorno mental. As doenças mentais e neurológicas poderão atingir cerca de 700 milhões de pessoas, sendo um total de 1/3 das doenças não transmissíveis que acometerão a população (Santos et al., 2018). Especificamente no Brasil, em 2015, o uso de psicotrópicos era feito por 25,8% da população, onde os antidepressivos eram os mais prescritos (73%) (Borges et. al, 2015).

Conforme um levantamento realizado em setembro de 2019 pelo Ministério da Saúde, os atendimentos e internações de pacientes do SUS referentes à depressão aumentaram 52% entre 2015 e 2018, chegando a 121.431 pessoas. Entre a população mais jovem, entre os 15 e 29 anos, o aumento foi ainda mais significativo, chegando a 115% (Viana, 2019).

Poucos meses depois da pesquisa mencionada, em dezembro de 2019, foi detectada primeiramente na China a doença COVID-19. Em seguida, em março de 2020, a OMS anunciou o início de uma pandemia devido a essa infecção respiratória. Foram inúmeros os impactos econômicos e sociais desde então, ocasionando nos indivíduos um maior risco de desenvolvimento de transtornos mentais (Silva et al., 2021). Isso, pois medidas de proteção foram tomadas e a população viu seu cotidiano se transformar drasticamente, principalmente devido à necessidade do isolamento social como forma de prevenção diante de uma infecção tão contagiosa. Não foi, portanto, apenas a saúde física dos indivíduos que ficou ameaçada. Observou-se, também, diversas consequências emocionais e psicológicas.

De acordo com Ribeiro et al. (2020), o ser humano é integralmente sociável, e a relação com seus pares é de extrema importância para sua formação. São as interações sociais que constroem a identidade dos indivíduos, de maneira que “o ser humano necessita relacionar-se com os outros, pois é a partir da interação que ele se desenvolve, aprende, ensina, cria vínculos, incrementa-se e constrói novos conceitos” (Ribeiro et al., 2020, p. 49). Assim, as sequelas de uma pandemia são ainda maiores do que o número de mortes, já que além do colapso nos sistemas de saúde e da exaustão dos profissionais da área, o isolamento social acarreta grande prejuízo para a saúde mental das pessoas (Brooks et al., 2020).

Dentro desse contexto pandêmico, faz-se necessário destacar a diferença entre o isolamento social e a quarentena. Enquanto o objetivo da quarentena se concentra em tornar mais restrita a circulação de pessoas que foram expostas a uma doença contagiosa, com o intuito de aguardar para ver se estas ficarão ou não doentes, o isolamento afasta quem se contaminou de quem não está doente. Não há dúvidas de que, no que se refere ao controle da doença, trata-se de medidas extremamente benéficas à população. Contudo, são muitos os danos psicológicos causados nessas pessoas envolvidas (Brooks et al., 2020).

Nesse sentido, os governos e as autoridades se movimentaram para que medidas como as anteriormente citadas fossem tomadas o mais rápido possível, objetivando, portanto, o distanciamento entre as pessoas e, dessa forma, a contenção da transmissão da doença. Assim, “nota-se muita preocupação em todas as políticas existentes para os agravos deixados pela pandemia, mas pouco se vê em relação às ações para controlar, tratar ou orientar os distúrbios psicológicos causados pela política de isolamento social” (Carvalho, 2021, p. 17).

Mencionando uma pesquisa realizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Silva et al. (2021) comentam que essa:

[...] evidenciou que o número de ocorrências de depressão quase dobrou relativamente ao período antes da pandemia. Os casos de ansiedade e de estresse, por seu turno, aumentaram 80% no período de quarentena. De acordo com a pesquisa, as psicopatologias estão expandindo em escala alarmante em período pandêmico (Silva et al., 2021, p. 317).

Pesquisa, realizada por Filgueiras & Stults-Kolehmainen (2020), teve como finalidade observar a relação entre estresse, depressão e ansiedade com um conjunto de variáveis sociodemográficas (como idade, condição socioeconômica, nível de escolaridade) e comportamentais (realização ou não de exercício físico, por exemplo).

De acordo com os resultados, alguns fatores contribuíram para os elevados níveis das três condições mencionadas, tais como: não praticar atividade física e não fazer psicoterapia online. Morar com alguém em grupo de risco, como pessoas idosas, ou ser alguém em grupo de risco também foram aspectos considerados agravantes no aumento da depressão e da ansiedade. O gênero se destacou como outro elemento importante da pesquisa: às mulheres foi atribuído um maior nível de estresse.

Barros et al. (2020), encontraram resultados semelhantes e observaram que cerca de 40,4% dos brasileiros se sentiram deprimidos ou tristes, e cerca de 52,6% se sentiram ansiosos ou nervosos durante o período da pandemia. Este estudo também constatou que a sensação de tristeza e depressão, bem como a sensação de ansiedade e nervosismo foi, aproximadamente, duas vezes mais prevalente no sexo feminino (Dias et al., 2021, p. 4).

No que se refere ao uso de psicotrópicos, a venda dos antidepressivos têm crescido. De acordo com o Conselho Federal de Farmácia (2020), de 2019 para 2020 ocorreu um aumento de 13,84% das vendas de antidepressivos e anticonvulsivantes, durante a pandemia COVID-19. Além disso, foi observado que a demanda por fitoterápicos usados para o tratar a ansiedade, aumentou 59% em 2020.

Segundo a OMS, nos últimos dez anos o número de pessoas com depressão aumentou 18,4%, o que corresponde a 322 milhões de indivíduos, ou 4,4% da população geral. No Brasil, 5,8% dos habitantes – a maior taxa do continente latino-americano – sofrem com o problema, atrás dos Estados Unidos, com 5,9%.

No território brasileiro, por sua vez, houve um grande impacto econômico provocado pela pandemia e isso agravou a ansiedade e insegurança da população como um todo. (Dias et al., 2021). “O impacto econômico da pandemia, levando a aumento de desemprego e perdas financeiras, reduz ainda mais o acesso à renda e serviços para pessoas em situação de pobreza” (Nabuco et al., 2020, p.4).

Foram múltiplas as consequências emocionais para a população durante a pandemia, e alguns fatores contribuíram ainda mais, tais como a pobreza, o desemprego e as mudanças no estilo de vida. Dessa forma, as crises de ansiedade e depressão aumentaram em pessoas que já tinham uma pré-disposição e também surgiram novos casos (Carvalho, 2021).

A ansiedade e a depressão, são consideradas como as doenças do século, pois estão no topo das estatísticas das doenças que mais afetam a população, tanto a nível nacional quanto mundial. Estudos tem sugerido que em situações de pandemia como a causada pelo Coronavírus, a incidência destas doenças mentais pode aumentar significativamente, o que tem como consequência o aumento da busca por tratamentos médicos e medicamentos antidepressivos e ansiolíticos (Ribeiro et al., 2020, p. 52).

Vidal et al. (2013) mostram em seu estudo que existe uma correlação entre o uso de psicotrópicos e a idade, ou seja, o uso aumenta de acordo com a faixa etária e a incidência é maior a partir dos 40 anos. Mesmo com um alto índice de prescrição de psicotrópicos e consumo de medicamentos em geral, o Brasil apresenta uma baixa taxa de adesão a tratamentos, o que contribui para o uso indiscriminado de fármacos (Leite et al., 2008).

Com coleta de dados do período entre 2011 e 2015, foi realizada uma pesquisa por Menolli et al. (2020) com o intuito de investigar a respeito do uso de antidepressivos e a autopercepção de saúde dos participantes, que eram pessoas de 40 anos ou mais, moradoras do município de Cambé, no Paraná. Foi observado que os pacientes que responderam ao tratamento obtiveram melhoras nos sintomas depressivos e, conseqüentemente, na percepção da qualidade de vida. O uso de antidepressivos, portanto, foi um fator positivo para esse grupo. Além disso, a melhora de tais pacientes também foi associada à Terapia Cognitiva Comportamental.

Já as pessoas que não responderam ao tratamento, tiveram um agravamento dos sintomas depressivos. Alguns pacientes, que começaram a usar o antidepressivo em 2015, relataram uma autopercepção negativa. Entretanto, é possível que a causa disso seja o momento ainda inicial do tratamento, uma vez que a melhora se dá a longo prazo (em até 6 a 8 semanas desde o início do uso).

Além disso, mesmo que os sintomas da depressão efetivamente melhorem com o tratamento, isso não significa que o indivíduo mudará sua percepção sobre sua própria qualidade de vida. Nesse sentido, é interessante que a avaliação da qualidade de vida através da autopercepção seja considerada nas pesquisas, já que a melhora da doença não está necessariamente ligada à diminuição dos sintomas. É importante que tratamentos não farmacológicos também sejam considerados (Menolli et al, 2020).

Dessa maneira, o uso dos psicotrópicos não deve ser realizado de qualquer forma e a sua prescrição deve ser adequada e ampliada a um cuidado integrado, como a assistência familiar e a psicoterapia, fatores que interferem e contribuem para um melhor prognóstico.

A decisão de uso deve partir do paciente, ou do familiar responsável, que devem conhecer as comorbidades associadas como também o diagnóstico do transtorno mental

envolvido. Além disso, é de grande importância considerar fatores para a redução da morbidade e influenciar o uso racional dos psicofármacos, tanto na prescrição, quanto no próprio consumo pelo usuário, uma vez que o tratamento não envolve somente medidas medicamentosas (Cipriani et al., 2018).

Os psicotrópicos surgem como uma forma de eliminar a doença do indivíduo. Mas é a sociedade contemporânea quem está deprimida “já que é propagadora da obtenção de padrões de normalidade, confirmados por uma ciência neuronal e farmacológica” (Soares, 2017, p. 23).

É de extrema relevância, portanto, que o cuidado em saúde mental não fique restrito apenas ao uso dos psicotrópicos. Seria mais vantajoso, por exemplo, que pudessem ser incorporadas ao serviço público de saúde formas de terapia que levassem em conta a subjetividade de cada paciente. Assim, ao invés de uma medicalização sistemática, seria possível a realização de um cuidado integral. A segurança do paciente deve ser colocada como prioridade e, se em determinado caso for avaliado que o uso de medicamento deve ser realizado, é de suma importância que isso seja feito de maneira racional e com acompanhamento médico.

Por fim, o objetivo da presente pesquisa é avaliar, através de uma revisão narrativa da produção brasileira, o aumento no uso de ansiolíticos e antidepressivos no Brasil, a fim de investigar os possíveis motivos que levaram a tal crescimento.

Método

A elaboração deste trabalho tem como procedimento metodológico a revisão bibliográfica, com base em artigos publicados sobre o tema. Para Gil (2002, p. 57), “a principal vantagem desse tipo de pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Estratégia de Busca

Serão utilizados como fonte de dados para embasar a presente revisão narrativa de literatura, sobre o uso de ansiolíticos e antidepressivos no Brasil, estudos publicados no período compreendido entre janeiro de 2011 e dezembro de 2021, em periódicos indexados pelas bases de dados *IndexPsi* e *Pepsic*, voltadas principalmente para a área da psicologia, e também, a fim de ampliar o escopo da busca, nas bases de dados *PubMed*, *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)* e *SciELO*.

Os artigos procurados serão os que se relacionam ao uso de ansiolíticos e antidepressivos no Brasil. Para a pesquisa, serão utilizados os seguintes termos de busca “psicotrópicos”, “psicofármacos”, “ansiolíticos” e “antidepressivos”. A seleção dos artigos será realizada por um único revisor.

Crítérios de Elegibilidade

Por meio de um levantamento prévio dos materiais bibliográficos existentes sobre o assunto, serão selecionados os artigos que se relacionem de forma mais direta aos

objetivos deste estudo; em seguida, esses materiais serão analisados, a fim de estabelecer quais serão utilizados para a elaboração do trabalho. A busca por material que possa colaborar com a formalização da ideia deste trabalho seguiu alguns critérios pré estabelecidos: (1) critérios de inclusão: proximidade com o tema central do estudo, texto integral disponível em português; (2) critérios de exclusão: artigos em duplicidade, artigos publicados fora do período de tempo estabelecido, artigos que não atendam aos critérios de inclusão.

Etapas de Seleção e Extração das Informações

Os artigos que se enquadrem nos critérios mencionados serão baixados em formato PDF e salvos em pasta específica. Esses artigos serão, então, analisados a partir da leitura de seus resumos, de modo a afunilar a seleção, buscando material bibliográfico cujos resultados apresentem relevância para o que se pretende discutir. Uma vez finalizada essa seleção, os artigos restantes serão lidos integralmente, a fim de verificar o cumprimento de todos os critérios de inclusão e de exclusão.

Em seguida, esse material será classificado por seu objetivo, pela metodologia de pesquisa utilizada e por suas principais conclusões. Serão coletadas também informações sobre a amostra pesquisada, além de autoria e data de publicação. Esses dados serão organizados em uma tabela.

Referências

- Aquino, D. (2008). Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? *Ciênc. Saúde Coletiva*, 13 (S0), Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000700023>.
- Ballone, G. J. (2005). Deficiência mental. *PsiquWeb*. <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=29>.
- Barros, M. A. et. al. (2020). Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(4):e2020427, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400018>.
- Borges, T. L., Miasso, A. I., Vedana, K. G. G., Telles Filho, P. C. P, Hegadoren, K. M. (2015). Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde. *Acta Paul Enferm.*, 28(4):344-349. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500058>.
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8).

Carvalho, E. F. de et al. (2016). *Perfil de dispensação e estratégias para uso racional de psicotrópicos*. [Monografia]. Linhas de Cuidado em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Carvalho, A. S. d. (2021). Ansiedade e depressão na pandemia: O uso de substâncias na busca pela qualidade de vida. UniAGES. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/14497>.

Castillo, A. R. G., Recondo, R., Asbahr, F. R., & Manfro, G. G. (2000). Transtornos de Ansiedade. *Rev Bras Psiquiatr*, 22 (Supl. 2), 20-23. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600006>.

Cipriani, A. et al. (2018). Comparative efficacy and acceptability of 21 antidepressant drugs for the acute treatment of adults with major depressive disorder: a systematic review and network meta-analysis. *The Lancet*, 391(10128) 1357-1366. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)32802-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)32802-7).

Conselho Federal de Farmácia (2020). *Venda de medicamentos psiquiátricos cresce na pandemia*. <http://covid19.cff.org.br/venda-de-medicamentos-psiquiatricos-cresce-na-pandemia/>.

Dias, I. C., Almeida, C. H. d., Melo, É. M. M., Dias, H. C., Luz, I. S., Santos, J. L. D., Barbosa, J. F., Zanetti, L. F., Novais, R. M., & Soares, G. F. G. (2021). Os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental da população. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, 30: 1-7. <https://doi.org/10.25248/REAC.e8218.2021>.

Diretoria de comunicação da UERJ (2020). *Pesquisa da UERJ indica aumento de casos de depressão entre brasileiros durante a quarentena.* <https://www.uerj.br/noticia/11028/>.

Filgueiras, A., & Stults-Kolehmainen, M. (2020)., The Relationship Between Behavioral and Psychosocial Factors Among Brazilians in Quarantine Due to COVID-19. *Lancet Preprint*. DOI: [10.2139/ssrn.3566245](https://doi.org/10.2139/ssrn.3566245).

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Kapp, P. A., Klop, A. C, Jenkins, L. S. (2013). Drug interactions in primary health care in the George subdistrict, South Africa: a cross-sectional study. *S Afr Fam Pract.*, 55(1), 78-84. <https://doi.org/10.1080/20786204.2013.10874307>.

Leite, S. N., Vieira, M., Veber, A. P. (2008). Estudo de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e na América Latina. *Cien. Saúde Coletiva*, 13: 793-802, abr. Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000700029>.

Menolli, P. V. d. S., Garso, P. A. G., Guidoni, C. M., & Giroto, E. (2020). Uso de antidepressivos e percepção de saúde entre adultos de 40 anos ou mais: Estudo longitudinal. *Rev. Colomb. Cienc. Quím. Farm*, 49(1), 183–198. <http://dx.doi.org/10.15446/rcciquifa.v49n1.85776>.

Nabuco, G., Oliveira, M. H. P. P. d., & Afonso, M. P. D. (2020). O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: Qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? *Revista brasileira de medicina de família e comunidade*, 15(42). [https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2532](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2532).

Oliveira, L. C. F., Assis, M. M. A., Barboni, A. R. (2011). Assistência farmacêutica no sistema único de saúde: da política nacional de medicamentos à atenção básica à saúde. *Ciênc. Saúde Col.* Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000900031>.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). (2020). Transtornos Mentais – Principais Fatos, Depressão. <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>.

Rang, H. P., Dale, M. M., Ritter, J.M. (2001). *Farmacologia*. 4 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Ribeiro, E. G., Souza, E. L., Nogueira, J. d. O., & Eler, R. (2020). Saúde mental na perspectiva do enfrentamento à COVID -19: Manejo das consequências relacionadas ao isolamento social. *Rev Enfermagem e Saúde Coletiva*, 4(2), 47–57. https://www.researchgate.net/publication/343836379_Saude_Mental_na_Perspectiva_a_do_Enfrentamento_a_COVID_19_Manejo_das_Consequencias_Relacionadas_ao_Isolamento_Social.

Rodrigues, M. A. P., Facchini, L. A., Lima, M. S. (2006). Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. *Rev Saúde Pública*, 40(1):107-114. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000100017>.

Santos, H. et al. (2018). A utilização dos medicamentos psicotrópicos e seus fatores associados. *Rev Inic Cient e Ext*, 1(1): 51-56. <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacaocientifica/article/view/48>.

Silva, R. D., Rodrigues, L. H. d. O., Souza, I. C. d. S., Seixas, K. B., Lima, A. K. B. d. S., & Maia, R. P. (2021). Dispensação de ansiolíticos e antidepressivos em farmácias privadas durante a pandemia de covid-19. *Temas em saúde*, 21(6): 314-333. DOI: [10.29327/213319.21.6-15](https://doi.org/10.29327/213319.21.6-15).

Soares, P. B. (2017). *Mal estar na contemporaneidade: ansiedade e medicalização*. [Monografia]. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.

Viana, R (2019). atendimentos do SUS a jovens com depressão crescem 115% em três anos. (2019). *GI*. <https://g1.globo.com/bemestar/depressao/noticia/2019/09/17/atendimentos-dosus-a-jovens-com-depressao-crescem-115percent-em-tresanos.ghtml>.

Vidal, C. E. L. et al. (2013). Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres. *Cad. Saúde Colet.*, 21(4): 457-64. Rio de Janeiro.

<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/FnkLHMdSfyJmWh5mZL9dXyC/abstract/?lang=pt>

#.

Winograd, M., Sollero-de-Campos, F. (2010). A experiência subjetiva da lesão cerebral: atopia, identidade e intersubjetividade. In: Coelho Jr. & Klautau, P. *Dimensões da intersubjetividade*. São Paulo: USP/FAPESP.